

(transcrição)

Bratislava (Parlamento), 10 de maio de 2001

Chiara reúne-se com um grupo de parlamentares:

### **A fraternidade na política**

(...)

O “Movimento da Unidade” [...] sempre manifestou interesse pelo mundo da política. Desde os seus albores, em 1943, na cidade de Trento, a leitura das Palavras do Evangelho, nos impulsionaram a amar cada próximo, especialmente os mais necessitados; depois, em Roma, com a participação do Deputado Iginio Giordani, uma grande personalidade multifacetada: ecumenista, jornalista, historiador italiano, e de 12 deputados do Parlamento italiano, este amor abriu-se para expressões mais amplas, rumo à pólis, fundamento de uma política nova. O próprio Alcides De Gasperi, primeiro Chefe de Estado italiano após a Segunda Guerra Mundial, tocado por esta nossa espiritualidade, reforçou o seu empenho em construir a Europa unida, ao lado de Adenauer e de Schuman. [...]

Em 1959 foi constituído em Roma um centro, conhecido como “Centro Santa Catarina”, pois Catarina tinha uma ligação com os políticos, era um ponto de convergência para quem quisesse realizar uma política segundo o espírito evangélico da unidade.

Mas foi preciso esperar até 1996, por ocasião de um encontro de políticos em Nápoles, para ver surgir o Movimento da Unidade, que é justamente esta expressão política.

Nestes últimos anos ele tomou forma em várias nações da Europa e fora dela, como no Brasil, por exemplo. Falou-se dele – eu mesmo o fiz, pois fui convidada – em Estrasburgo, a políticos do Parlamento Europeu e, antes ainda, na ONU.

Em junho de 2000, num congresso internacional com cerca de 800 políticos reunidos em Castelgandolfo, perto de Roma, tomou-se consciência de que a fraternidade poderia se tornar um autêntico ponto de encontro entre todos, seja no método que no conteúdo da política. Quem, entre nós, possuía um referencial religioso, via que era uma expressão, a ser realizada na política, da experiência de descobrir que todos somos filhos de Deus e, portanto, irmãos entre nós; quem se referia de modo leigo, como hoje se diz, ao projeto da modernidade, politicamente expresso entre luzes e sombras pela Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade), a captava nas raízes profundas de cada ser humano, mesmo se, entre aqueles objetivos, a fraternidade acabou recebendo menor atenção na sua aplicação.

Agora descobríamos que o valor comum a todos poderia ser justamente a fraternidade, sinônimo de unidade, aquela unidade que é também a finalidade do nosso Movimento. E naquele congresso nos comprometemos em conhecer melhor este nosso espírito, para melhor aplicá-lo à política.

Mais tarde, no dia 15 de novembro passado, falou-se dele na Sala San Macuto, uma sala do Parlamento italiano, diante dos presidentes da Câmara e do Senado, diante de representantes do governo e da oposição, de prefeitos, administradores, funcionários públicos, líderes e militantes de partidos. A acolhida foi unânime, tanto que pensamos em iniciar uma série de encontros regulares de aprofundamento, de duas horas por mês, num local próximo ao Parlamento. O objetivo desses encontros é ajudar e ajudar-se a ser, antes de tudo, pessoas que, na fraternidade, acreditam nos valores profundos, eternos do homem, e depois agem politicamente. Nós gostaríamos que antes nos sentíssemos irmãos, numa única família, depois cada um se dedica à própria ação política.

O Movimento da Unidade, do qual participam militantes dos mais variados partidos, da direita à esquerda, não quer fundar um novo partido. Apenas propõe e testemunha um estilo de vida que permite à política alcançar, da melhor forma possível, a sua finalidade: o bem comum, na unidade do corpo social. Porque a fraternidade oferece possibilidades surpreendentes. Ela consente, por exemplo, compreender e

assumir como próprio inclusive o ponto de vista do outro, de tal modo que nenhum interesse, nenhuma exigência, sejam impertinentes.

A fraternidade possibilita reunir e valorizar experiências humanas que, de outro modo, correm o risco de desembocar em conflitos sem solução. A fraternidade harmoniza as experiências de autonomias locais resgatadas, de governos locais que muito contribuem para o amadurecimento da democracia, com um sentimento de plena pertença à pátria. A fraternidade ilumina quanto ao dever de ser europeus, numa Europa que, por história e cultura, vai do Atlântico aos Urais. Consolida a consciência da importância dos organismos internacionais e de todos os processos que tendem a superar barreiras e realizam etapas importantes rumo à unidade da família humana. A fraternidade possibilita também inserir novos princípios na ação política cotidiana, faz com que nunca se governe contra alguém ou como expressão apenas de uma parte do país. Algumas pessoas têm funções no governo, outras na oposição: mas somente juntas garantem a soberania dos cidadãos.

A fraternidade permite, ainda, que se viva plenamente a relação entre o eleito e os cidadãos do seu território: espaço privilegiado de um diálogo que suscita os programas a partir da colaboração entre sociedade civil e política. E ainda, por meio da fraternidade, que doa paz, serenidade, os partidos encontrariam maior facilidade em renovar-se e em redescobrir a grandeza da própria missão, pois nenhum deles nasceu por acaso, mas de uma exigência histórica, de uma necessidade compartilhada de afirmar um valor; e seriam levados a colocar em relevo a própria inspiração original e os próprios valores fundamentais.

Cada partido, ao mesmo tempo, reconheceria os valores e a missão dos outros partidos, estimulando-os, inclusive através da crítica, mas cheia de amor e de estima, a exprimirem a sua verdadeira identidade e a realizar a ação que o bem comum espera deles.

As pessoas que aderem ao Movimento da Unidade se empenham em realizar tudo isso, enquanto procuram praticar o aparente paradoxo... Neste ponto, senhores, não se assustem, pois falando sobre isso também na Itália, alguém se assustou, mas trata-se de um ideal ao qual sempre devemos tender. Os que aderem ao Movimento da Unidade se empenham em tudo isso, e procuram praticar até mesmo o aparente paradoxo de amar o partido alheio como o próprio, pois o bem do país necessita da ação de todos. A fraternidade, portanto, não seria “algo a mais” na política, mas a sua substância, e deveria definir os seus métodos e os seus objetivos. Somente assim a política adquiriria o seu verdadeiro sentido: de serviço à comunidade, tendo o cidadão como sujeito ativo.

Esta é, parece-me, a política que vale a pena ser vivida, que aumenta o valor daqueles que nela se empenham e dá sentido às suas vidas por inteiro, tornando-os um firme ponto de referência para os cidadãos, especialmente para os mais fracos, que lhes são confiados.

Creio ser esta a verdadeira política, que tem autoridade, da qual todos os países, hoje, necessitam: de fato, o poder confere a força, mas é o amor que dá autoridade.

Portanto, a única coisa a fazer é retomar a própria atividade política com este novo olhar, com uma alma nova, reforçada também, para quem crê, pela confiança que a eficácia das próprias ações é multiplicada pela intervenção de Deus na história, pela sua Providência, que acompanha com o seu amor e a sua luz cada um de nós e todos juntos; que abre caminhos inimagináveis, que cria as condições para solucionar as situações mais difíceis e aparentemente sem saída. Será Ele, no fim dos séculos, quem recolherá o que for feito, quem valorizará até mesmo as mínimas coisas, construídas com esforço e em meio a contrariedades, quem irá transfigurar o trabalho de cada um em “Céus novos” e em “Terra nova”, naquela cidade perfeita à qual, no íntimo do próprio coração, cada um, a seu modo, aspira. [...]